

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.364 - PR (2019/0156155-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **ULIDES JOAO MANICA**
AGRAVANTE : **GUIDO MANICA**
AGRAVANTE : **LOURDES MANICA**
ADVOGADOS : **CLÓVIS PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR - PR016746**
 : **JAIME LUIZ REMOR - PR046235**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **TADEU CERBARO - PR047047**
 : **ELÓI CONTINI - PR053322**
 : **CÍNTIA MOLINARI STEDILE E OUTRO(S) - PR054558**

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por LOURDES MANICA e OUTRO contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 328/329):

"APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. SENTENÇA PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA.

AGRAVO RETIDO. PLEITO PELA APLICAÇÃO DO CDC. PERTINÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS PREENCHIDOS. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. PLEITO PELA PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. IMPERTINÊNCIA. FEITO INSTRUÍDO COM OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

RECURSO DOS EXECUTADOS. AUSÊNCIA DE CONTA GRÁFICA. DESNECESSIDADE. EXTRATOS COLACIONADOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. POSSIBILIDADE DE VERIFICAR PORMENORIZADAMENTE O DÉBITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS, LEGALIDADE. SÚMULA 93 DO STJ. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR. TEORIA DA IMPREVISÃO. INAPLICABILIDADE. FRUSTRAÇÃO DE SAFRA (EXCESSO DE CHUVA E GEADA) QUE NÃO AUTORIZA, POR SI SÓ, A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. CONTRATAÇÃO DE SEGURO. ADESÃO AO PROAGRO. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO. SEGURO PENHOR. SENTENÇA CITRA PETIT4, CONTRATAÇÃO DO SEGURO QUE NÃO COBRE FRUSTRAÇÃO DE SAFRA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.

**AGRAVO RETIDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E NÃO
PROVIDO."**

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 341, do CPC/2015, 6º, V, 47, 51, IV, do CDC, 4º, do Decreto-lei 167/1967, 59, I, da Lei 5.969/73, sustentando, em síntese, isto: (a) nulidade da execução diante da inexistência da conta gráfica nos autos, requisito imprescindível por força de lei; (b) a cláusula que prevê a cobrança da capitalização mensal dos juros deve ser clara, não podendo gerar dúvidas ao consumidor; (c) incumbe à parte requerida, em sua defesa, se manifestar sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas; (d) *"equivoca-se o ven. acórdão recorrido ao entender que devem os Recorrentes postular em ação própria a cobertura a que faz jus, posto que o PROAGRO funciona por intermédio das instituições financeiras, sendo elas responsáveis por sua cobertura"* (fl. 363);

É o relatório. Decido.

No que diz respeito à alegação de nulidade da execução diante da inexistência da conta gráfica, eis os fundamentos do Tribunal de origem:

"Analisando o conjunto probatório, verifica-se que a instituição financeira trouxe aos autos o demonstrativo de conta vinculada (mov. 1.11), nos quais se observam todos os lançamentos referentes à operação.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento segundo o qual o extrato da conta não constitui documento indispensável para a execução do crédito, confira-se: (...)" (fl. 336)

No tocante à exigibilidade da Cédula de Crédito Rural como título executivo, a jurisprudência da Segunda Seção desta Corte Superior orientou-se no sentido de que *"de acordo com o artigo 10 do Decreto-Lei nº 167/67, a cédula de crédito rural é título executivo hábil a embasar o processo de execução."* (REsp 658234/GO, Ministro **JORGE SCARTEZZINI**, QUARTA TURMA, j. em 28/11/2006, DJ 18/12/2006). Ademais, cumpre ressaltar o entendimento de que *"o extrato da conta vinculada não constitui documento indispensável à execução do crédito oriundo de cédula rural, desde*

que a petição inicial seja instruída com documento hábil à demonstração pormenorizada do débito, propiciando ampla defesa ao devedor" (REsp 784.422/MG, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 28/10/2008).

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL HIPOTECÁRIA. SÚMULA 182 DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DECRETO-LEI 167/1967.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. CÁLCULOS ARITMÉTICOS.

(...)

2. De acordo com o art. 10 do Decreto-lei 167/1967, a cédula de crédito rural, ainda que dependente a apuração do valor devido de cálculos aritméticos, constitui título executivo extrajudicial.

Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no REsp 1148188/TO, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 02/06/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DOS EXTRATOS DA CONTA-CORRENTE VINCULADA. ILIQUIDEZ DO TÍTULO. NÃO OCORRÊNCIA. ALONGAMENTO DA DÍVIDA. REQUISITOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

(...)

*2. 'O extrato da conta vinculada não constitui documento indispensável à execução do crédito oriundo de cédula rural, desde que a petição inicial seja instruída com documento hábil à demonstração pormenorizada do débito, propiciando ampla defesa ao devedor' (REsp 784.422/MG, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 28/10/2008).*

3. Inviabilidade de se contrastar a afirmação do Tribunal de origem acerca da não comprovação dos requisitos para a concessão do alongamento da dívida rural (Lei 9.138/95), em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (AgRg no REsp 1204463/MT, Rel. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2012, DJe 14/09/2012)

Quanto à alegação de que a cláusula que prevê a cobrança da capitalização mensal dos juros deve ser clara, não podendo gerar dúvidas ao consumidor, bem como em relação ao art. 341, do CPC/2015, observa-se que referidos temas não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*. Dessa forma, tais matérias não merecem ser conhecidas por esta Corte, ante a ausência do indispensável prequestionamento. Aplica-se, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Ademais, a jurisprudência desta C. Corte está pacificada no sentido de que nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial é admitida a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal, mediante prévia e expressa pactuação, nos termos da súmula n. 93 desta Eg. Corte. Nesse sentido, os seguintes julgados:

"CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. POSSIBILIDADE, IN CASU, RESPEITO AO PRINCÍPIO DO PACTA SUNT SERVANDA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, é possível a capitalização mensal dos juros nas cédulas de crédito rural, industrial e comercial, desde que pactuada, conforme se verifica in casu. Incidência do enunciado sumular nº 93/STJ.

*2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg nos EDcl no REsp 681.839/MT, Rel. Min. **HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO** (Des. Convocado do TJAP), 4ª Turma, DJe 3/5/2010)*

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 93/STJ. CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 05 E 07/STJ. MORA. DESCARACTERIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ENCARGO ABUSIVO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. "PERÍODO DE ANORMALIDADE". DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. As cédulas de crédito rural, comercial e industrial admitem a capitalização dos juros em periodicidade mensal, quando pactuada (inteligência da Súmula 93/STJ). (...)

*5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 938.523/MS, Rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, 4ª Turma, DJe*

30/3/2009)

"RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL - CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL - APLICAÇÃO DA TJLP COMO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL - PACTUAÇÃO EXPRESSA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA ANALÓGICA DO ENUNCIADO N. 283 DA SÚMULA/STF - ADEMAIS, NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA RECURSAL - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA CÉDULAS DE CRÉDITO INDUSTRIAL - PRÉVIA PACTUAÇÃO - COBRANÇA - POSSIBILIDADE - RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

III - O entendimento prevalecente nesta Corte é no sentido da possibilidade de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito industrial, comercial e rural, desde que expressamente pactuada (Enunciado n° 93/STJ), o que se verifica no caso concreto, de acordo com o apurado pelas instâncias ordinárias;

IV - Recurso especial parcialmente provido." (REsp 1.070.410/SC, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, DJe 3/2/2009, grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. CERCEAMENTO DE DEFESA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. POSSIBILIDADE.

(...)

III - Admite-se a capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito rural, industrial ou comercial.

Agravo improvido." (AgRg no REsp 1029073/ES, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, DJe 3/6/2008)

Por fim, verifico que o Tribunal de origem assinalou em sua fundamentação que os recorrentes não comprovaram o preenchimento dos requisitos necessários para a cobertura do seguro PROAGRO, *verbis*:

"Pretendem os recorrentes a suspensão da execução em razão da contratação do seguro "PROAGRO".

O magistrado refutou a tese, ao argumento de que não houve

provas referente ao requerimento administrativo ao Banco réu relativo à cobertura securitária do sistema PROAGRO.

Sem razão os insurgentes.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (regido pela Lei nº 8.171/1991) é administrado pelo Banco Central do Brasil e "destina-se a exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, cuja liquidação venha a ser dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos, e plantações¹".

Assim, a instituição financeira atua como agente do PROAGRO, a qual cabe diligenciar junto ao BACEN a concessão do seguro, nas hipóteses de cobertura.

Todavia, para fazer jus ao programa, cabe ao beneficiário comunicar e comprovar as perdas sofridas, nos termos do Manual de Crédito Rural, especificamente nos termos previstos nos itens 1 e 12, capítulo 16. Vejamos:

"1 - A comunicação de perdas é feita pelo beneficiário mediante utilização de formulário padronizado, conforme Documento 18 deste manual, entregue ao agente ou, no caso de operação de subempréstimo, à cooperativa contra recibo, vedado o recebimento de comunicação de perdas após o término da vigência do amparo do programa, na forma definida na seção 16- 2" (...)

"12 - A solicitação de comprovação de perdas é feita pelo agente do Proagro mediante utilização de formulário próprio, conforme. Documento 18 deste manual, ao qual devem ser anexados: a) uma via da comunicação de perdas; b) cópia do instrumento de crédito, ou cópia do termo de adesão ao Proagro, no caso de empreendimento não financiado, aditivos, menções complementares e anexos; c) orçamento vinculado ao empreendimento; d) roteiro para localização do imóvel; e) croqui ou mapa de localização da lavoura; f) dados sobre a aplicação de insumos; g) tecnologia recomendada para o empreendimento, quando vinculado à prestação de assistência técnica em nível de imóvel.; h) informações sobre eventuais irregularidades verificadas no curso da operação; i) outras informações e documentos necessários à comprovação de perdas".² No caso dos autos, os apelantes não demonstraram terem cumprido os requisitos exigidos, vez que o único documento anexado aos autos foi o "laudo de supervisão e assistência técnica" (mov. 1.6), assinado por um dos embargantes e emitentes da cédula, Ulides João Má: nica.

Nesse sentido:

(...)

Desta forma, os recorrentes não comprovaram o preenchimento dos requisitos necessários para a cobertura do seguro PROAGRO.

Superior Tribunal de Justiça

A título de argumentação, esclareço que o Manual de Crédito Rural exige do beneficiário o encaminhamento de comunicação de perdas "mediante utilização de formulário padronizado, conforme Documento 18 deste manual, entregue ao agente" (Seção 4, Item 1).

No caso, cabia aos embargantes fazerem prova do fato constitutivo de seu direito, notadamente de que encaminhou o referido formulário ao Banco, o que não fez.

Por se tratar de uma prova documental, deveria ter sido apresentada já na petição inicial, restando, portanto, precluso o direito da parte em produzi-la posteriormente. Observo que a prova testemunhal postulada no agravo retido não teria o condão de suprir a ausência da prova documental." (fls. 343/347).

Nesse sentido, a inversão do que restou decidido pelo Tribunal de origem, tal como propugnado nas razões do apelo especial, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 12% para 13% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator